

A definição de termos técnico-científicos no âmbito dos estudos de terminologia¹

Maria José Bocorny Finatto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Abstract

This article focusses on apprehending the nature and functioning of the terminological definition (DT), observed beyond the limits of the categories of *genus proximum* and *differentia specifica*. The article concludes that the recognition of the defining utterance related to the meaning environment of the scientific languages involved is important, showing that the definition is a multidimensional textual object, with features that make it exceed the more usual or traditional limits of a categorical-logical object. Furthermore, the study demonstrates that a strict *a priori* separation between concepts and meanings is not functional.

1. INTRODUÇÃO

A definição, ao lado dos termos, é um dos principais tópicos de interesse das teorias de Terminologia que se ocupam dos fenômenos associados à comunicação técnico-científica. Por isso, o objetivo, neste trabalho, é caracterizar e discutir diferentes metodologias analítico-descriptivas para o estudo de enunciados definitórios no âmbito dos estudos terminológicos de perspectiva lingüística.²

Nesse sentido, trazemos aqui algumas considerações sobre tipologias, perspectivas de estudo e sobre a apreensão analítica do enunciado definitório via observação das categorias do *gênero próximo* e *diferença específica* e também pela via da sua representação lógico-proposicional. Ao criticar apreensões em moldes estritamente lógicos, comentamos a pertinência de uma distinção entre significados e conceitos quando, em Terminologia, se estuda a definição sob uma perspectiva lingüístico-cognitivista. Ao final do artigo, apreciamos o potencial da contribuição benvenistiana para o enfoque da definição no âmbito das pesquisas terminológicas que se encaminham para o reconhecimento da condição textual do enunciado definitório.

1.1. Papel e apreensão da definição técnico-científica

O enunciado definitório, como parece óbvio, é um elemento-chave na constituição e na veiculação do conhecimento especializado, tecnológico ou científico. Afinal, expressa um segmento de relações de significação de uma dada área do saber. E, para avaliar sua importância, basta dizer que muito do que já se escreveu e do que ainda se tem escrito, por exemplo, em Química, depende de definições como as de *átomo* ou de *ácido*.

Além disso, definições, ao constituírem textos particularizados, revelam facetas de compreensão de fenômenos no seio de uma determinada ciência, e isso acontece em diferentes ciências, inclusive na Lingüística. Quando observamos, por exemplo, as diferentes definições que recebe um termo como *língua*, vemos que há variados entendimentos sobre o que seja *língua* no universo dos estudos lingüísticos. Para alguns, a *língua* é um sistema de regras, para outros, *língua* pode ser um sistema de signos, entre outros tantos entendimentos. Do mesmo modo, a variabilidade e a mutabilidade definitórias ao longo do tempo também servem para ilustrar o papel desse tipo de enunciado num âmbito científico.

Entre vários tipos de definição, a definição terminológica (doravante DT) se particulariza por ser um enunciado-texto que dá conta de *significados* de termos ou de expressões de uma técnica, tecnologia ou ciência. Nesse caso, *grosso modo*, *definir* equivale a expressar um determinado *saber*, uma porção de conhecimento especializado.

Sejam as definições terminológicas, lexicográficas, lógicas, explicativas ou enciclopédicas,³ em meio a diferentes classificações, geralmente têm sido apreciadas em função da presença delimitadora, no enunciado, de duas categorias referenciais: o *gênero próximo* e a *diferença específica*. *Gênero próximo* é a porção da definição que expressa a categoria ou classe geral a que pertence o ente definido. A *diferença específica* é a indicação da(s) particularidade(s) que distingue(m) o ente definido em relação a outros de uma mesma classe. Por exemplo, fosse uma definição de *cadeira* formulada como “*peça do mobiliário que serve para sentar*”, o segmento “*peça do mobiliário*” corresponderia ao *gênero próximo*, enquanto “*serve para sentar*” valeria como *diferença específica*.

Para que haja boa formulação definitória, é usual reconhecer como importante (e até esperar) que tanto *gênero* quanto *diferença* dêem conta, juntos, de uma delimitação, tal que a definição possa ser aplicada a um conjunto particularizado de referentes.⁴ Isso é o que *não* ocorre no exemplo antes citado da definição de *cadeira*, pois, nos limites colocados pelo enunciado, “cabem” também outros objetos,

tais como *poltrona*, *sofá*, *banco*, *pufe*, *banqueta*, etc. Quer dizer, a definição do nosso exemplo, especialmente no segmento *diferença específica*, é ampla demais para referir um conjunto específico de objetos.

Essas categorias, que têm sido um parâmetro para observação qualitativa da definição desde os estudos clássicos de Filosofia, Retórica e Lógica,⁵ são tomadas como principais pontos de reflexão sobre a sua formulação. Ao longo do tempo, o *gênero* e a *diferença* vêm sendo utilizados de distintas maneiras em função de objetivos e de enfoques variados, de um modo que há inclusive, a partir delas, algumas “releituras” mais ou menos atuais.

Os estudos clássicos, especialmente os de Lógica e de Gramática, como sabemos, influenciaram o desenvolvimento dos estudos da linguagem, ajudando a imprimir-lhes feições que hoje identificam escolas de pensamento. Essa mesma influência, concretizada via observação de *gênero* e *diferença*, também cunhou um determinado tipo de enfoque da definição, geralmente conduzido em função de verificar sua “correção” lógica ou suas condições de verdade.

No desenvolvimento de teorias lingüísticas de Terminologia, tem-se repetido a análise da definição pela observação das formulações do *gênero* e da *diferença específica*. Isso, é claro, evidencia a manutenção de toda uma herança lógico-filosófica, a mesma que atingiu os estudos lingüísticos em geral de diferentes modos e com diferentes intensidades. Conforme defendemos mais adiante, a apreensão da DT não se esgota pela observação dessas duas categorias, mas elas, ainda assim, têm permanecido como um parâmetro crítico útil, desde que não sejam consideradas outras condições que perpassam esse tipo de enunciado.

2. A DEFINIÇÃO DICIONARÍSTICA

A definição de dicionário tem sido vista como um protótipo ideal de definição, fornecendo um exemplo “modelar” para o seu estudo. É, assim, um padrão especialmente para a análise da DT. Em consequência, é comum encontrarmos considerações sobre a sua constituição que partem da crítica sobre sua apresentação em

dicionários de diferentes tipos. Vejam-se, por exemplo, algumas inter-relações entre definição enciclopédica, lexicográfica e terminológica em FINATTO (1998), diferenciações que não discutiremos aqui.

A partir dessa concepção, quando se apreciam diferentes definições colhidas de dicionários especializados, é possível perceber um ponto comum fundamental: o enunciado definitório, na sua dimensão mais geral, caracteriza-se por realizar uma delimitação. Mas, ao mesmo tempo, não se resume à colocação de limites. De outro lado, o modo como a delimitação “acontece” sofrerá variações em função das especificidades das diferentes áreas de conhecimento e também em função de outros fatores.

Vale observar, a seguir, como exemplos dessa diversidade, um dicionário de Ciência Política e outro de Economia definindo o termo OLIGARQUIA. Depois, temos também como exemplo de variabilidade um dicionário de Física e um de Química que formulam, cada um a seu modo, definições para EFLORESCÊNCIA:

Dicionário de Economia

OLIGARQUIA

Regime político ou forma de dominação, de qualquer tipo, no qual o poder está nas mãos de um grupo pequeno de pessoas que dele se apossaram, sendo exercido apenas por elementos desse grupo. Do ponto de vista político puramente formal, distingue-se da democracia e da monarquia.

Dicionário de Análise Política

OLIGARQUIA

Sistema de governo baseado no poder de um pequeno grupo de elite, não representativo e voltado para interesses próprios. Devido a seu sentido, normativo, o termo é em geral evitado na análise política em favor de outras classificações de conceitos usados na análise da elite. ARISTROCRACIA; ELITE; LEI FÉRREA DE OLIGARQUIA

Dicionário de Física Ilustrado

EFLORESCÊNCIA

Fís.Quím. Formação dum sal anidro a partir de um hidratado, ou de um hidrato com menor número de moléculas de água a partir de outro mais hidratado, quando a pressão parcial de vapor de água na atmosfera em que está o sal hidratado é menor que a pressão de vapor deste sal. Os cristais do sal recobrem-se com cristaltos do outro sal menos hidratado, assumindo um aspecto pulverulento. O fenômeno é aparentado com a deliquescência.

Dicionário Breve de Química

EFLORESCÊNCIA

Um processo pelo qual um composto hidratado cristalino perde água formando um depósito em pó de cristais.

Nesses dois casos, em que temos definições diferentes para *oligarquia* e *eflorescência*, vemos apresentações definitórias que variam por diversas razões. Há um contraste, por exemplo, quando se define e compreende *oligarquia* em Economia ou em Ciência Política, assim como há distinções na definição formulada para *eflorescência* entre Química e Física.

Chama a atenção o modo de construção do texto no Dicionário de Física, mais detalhado, contrastando com a brevidade da definição de Química. De outro lado, vemos que o acréscimo de comentários, além de uma definição propriamente dita, é o elo comum entre as duas diferentes definições de *oligarquia* e a primeira de *eflorescência*. Isto é, há uma tendência, nesse conjunto, de ir além da menção do *gênero próximo* e da *diferença específica*.

A partir da variabilidade desses exemplos, uma distinção entre as ciências e entre seus textos definitórios parece algo natural. Mas, algumas vezes, com o objetivo de buscar padrões lógicos estritos e uma homogeneidade estanque para a apresentação da definição, salientando-se que esses padrões são tomados como medida de análise, corremos o risco de ignorar que as diferenças e as heterogeneidades são constitutivas da linguagem e do discurso. Isso, conseqüentemente, implica “lógicas” peculiares para as diferentes áreas do conhecimento.

Como a definição é um texto importante, é natural que a queiramos sob a forma de um enunciado claro e objetivo. Entretanto, um excesso de normatividade lógica aplicado à apresentação da definição (ou dela cobrado) pode gerar alguns problemas quando tratamos enunciados de diferentes ciências, sejam elas mais “exatas” ou mais “humanas”. Quer dizer, cada ciência ou área de conhecimento pode exibir um padrão textual definitório que lhe seja peculiar e isso deve ser levado em consideração antes de iniciarmos qualquer análise.

Portanto, adotar ou requerer um padrão de formulação uniforme, absoluto ou invariável, que possa valer para qualquer situação, seria uma medida pouco inteligente à medida que nos afasta da realidade da linguagem em geral e também de uma linguagem técnica ou científica em uso. Afinal, variação e heterogeneidades são traços constitutivos da linguagem *in vivo*, seja ela técnico-científica ou não.

2.1. Outras perspectivas sobre a definição

Fora dos dicionários, em textos científicos e técnicos, em artigos de periódicos ou em livros, a definição para um termo aparece formulada de um modo “original”, costuma ter uma apresentação diferente da dicionarística. Essa definição mais “real” é geralmente um enunciado entrecortado por comentários, explicações, retomadas e exemplificações. Por isso, quando se discute sobre o papel da definição e de sua apresentação no âmbito dos estudos lingüísticos de Terminologia, principalmente quando o foco principal de interesse passa a ser o texto especializado, tais particularidades e vicissitudes deveriam poder ser incorporadas, e não apenas desprezadas.

A definição de dicionários é um objeto importante, mas é algo realmente cristalizado; representa uma tradição peculiar de texto. Logo, é preciso também considerar a realização desse tipo de enunciado em textos além de dicionários ou repertórios em geral. Veja a esse respeito a metodologia utilizada por PEARSON (1999) para a localização, com apoio informatizado, de enunciados definitórios em *corpora* textuais em formato digitalizado.

Numa outra situação, à medida que a Terminologia, na perspectiva dos enfoques lingüísticos, se aproxima do texto e do objeto eminentemente textual que se tornou a definição de termos técnico-científicos e também da definição dicionarística tomada como um tipo de texto específico, vemos um relativo movimento de independência e de relativização da tradição lógico-gramatical. Nesse sentido, a trajetória atual dos enfoques da definição (PEARSON, 1999; TEMMERMAN, 2000; KOSTINA, 2000, FINATTO, 2001a) tende também para a identificação e consideração de elementos cultural-comunicativos, textuais e discursivos presentes nos enunciados. Isso, sem dúvida, é um passo muito importante rumo a uma visão mais integrada da comunicação, tanto entre especialistas e seus pares quanto entre especialistas e leigos.

3. NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DE DEFINIÇÕES

Embora seja contestada uma imposição de padrões absolutamente rígidos para a formulação do enunciado definatório, as normatizações a respeito da DT permanecem como diretrizes úteis para a organização do texto que deve definir algo de modo que possa ser compreendido. Há um conjunto de normas institucionais, exaradas por organismos semelhantes à nossa ABNT, que recomendam determinadas apresentações para a definição de dicionários ou de glossários técnico-científicos. Vale observar que essas obras têm sido as aplicações mais abundantes e conhecidas da pesquisa terminológica.

A norma ISO 704 de 1987 (ISO 704, 1987), por exemplo, já trazia algumas orientações básicas para a elaboração de definições. Em linhas gerais, as recomendações ISO dizem respeito à objetividade de formulação do enunciado e procuram garantir um bom fluxo de informação. São admitidas e comentadas, nesses documentos, *definições por intensão* e *definições por extensão*. A definição *intensional* é a definição clássica com indicação do *gênero próximo* e da *diferença específica*. *Intensão* e *extensão* são categorias oriundas da Lógica, de onde provém, como já referimos, forte influência sobre o assunto “definição”, influência que também ecoa nesse contexto normativo. A *definição por extensão*, por sua vez, consiste na enumeração dos entes a que se aplicaria uma designação. É um exemplo desse tipo a definição a seguir:

PLANETAS DO SISTEMA SOLAR

Mercúrio, Vênus, Terra, Marte,
Júpiter, Saturno, Urano, Netuno.

Outra recomendação de normas ISO estabelece que o redator/dicionarista se atenha à apresentação das características mais essenciais do objeto que define. A indicação é de que a definição deva seguir um padrão direto. Comentários, intercalações e explicações adicionais não são expressamente desaconselhadas, mas

deveriam vir em um plano secundário, uma vez que o enunciado deverá informar, em primeiro lugar, *o que é* o termo ou expressão em foco. Em segundo lugar, devem estar indicações de composição, causa, origem, etc.

Ao desrespeitar essas orientações, um enunciado como o a seguir, formulado para definir *água*, seria considerado não-satisfatório se fosse ser utilizado, por exemplo, em um glossário de termos de Física:

ÁGUA

Desde os tempos antigos a água é um valor essencial para o homem, além de ser um líquido cujo ponto de congelamento é 0° C e que tem ponto de ebulição em 100° C.

São aspectos fundamentais para a qualidade do enunciado, numa perspectiva normativa, a adequação da definição, a sua sistematicidade ao longo do todo de um dicionário e a sua consistência como texto. Segundo regulamentações ISO, definições incompletas, tautológicas ou circulares devem ser evitadas. Do mesmo modo, não são recomendadas as que iniciem por uma negação ou por palavra gramatical diferente da palavra-termo que se define. Seria também uma inadequação, por exemplo, formular uma definição no plural para um termo no singular.

4. UMA NOVA LÓGICA PARA A DEFINIÇÃO

Fora do âmbito da normatização, como o viés lógico implicado na apreciação da definição é algo bastante marcante e freqüente, acreditamos que vale a pena trazer aqui uma pequena amostra de uma concepção exemplarmente lógica do assunto. Entretanto, nos parece necessária uma visão mais moderna, visto que o cartesianismo lógico e a lógica clássica são apenas uma etapa da tradição desses estudos.

Os estudos de Lógica atual, vale mencionar, ao tratarem de definições, permanecem reconhecendo as categorias do *gênero* e da

diferença como as condições mínimas e absolutamente necessárias para a formulação de uma definição “logicamente correta” e “minimamente inteligível”. Um bom exemplo dessa conservação pode ser visto na apresentação de alguns problemas da definição feita no livro *Introdução à Lógica* (COPI, 1978).

COPI (1978, p. 105-119) também reconhece o *gênero* e a *diferença* como os *melhores* (grifo nosso) métodos de definir. Afirma que, de seu ponto de vista, a definição em geral é um enunciado que tem cinco propósitos: 1) aumentar o vocabulário; 2) eliminar ambigüidades; 3) aclarar significados; 4) explicar teoricamente; e, 5) influenciar atitudes. A partir dessas diferentes finalidades da definição, pelo que vemos do seu trabalho, a DT, que não é particularizada, poderia ser vista de dois modos.

Primeiro, pode ser compreendida como uma *definição de tipo estipulativo*, vinculando-se à criação de termos novos que denominam novas realidades ou “inventos”. Essa definição, conforme COPI (1978), não segue parâmetros fixos, pois o autor/criador terá a plena liberdade de estabelecê-la como melhor decidir. O redator da definição, neste caso, é o cientista que “inventa coisas” e as novas palavras para denominá-las e que, portanto, também “inventa definições”.

Em segundo lugar, a DT, por suas características, identifica-se como um tipo de definição que o autor qualifica como *definição teórica*. Essa definição, segundo uma perspectiva lógica, serve para “*explicar teoricamente*”, e, para o autor, é aquela que tenta formular uma caracterização “teoricamente adequada” dos objetos a que se aplica. Como assinala, propor uma definição desse tipo equivale a propor a aceitação de uma teoria. Um exemplo ilustrativo envolve a definição de termos de Química:

“Outro exemplo de enunciado que tem a finalidade de servir a esse propósito é a definição de ‘ácido’, uma substância que contém hidrogênio como um radical positivo. Tudo o que é corretamente chamado ácido, no uso fluente, é denotado pelo termo tal como o químico o define, mas não se pretende que o princípio usado pelo químico para distinguir os ácidos das outras substâncias seja aplicado

pelas donas de casa ou pelos que trabalham na laminação de metais quando empregam o mesmo termo. *A definição do químico tem o intuito de incluir na significação da palavra aquela propriedade que é mais útil, no contexto de sua teoria* (grifo nosso), para compreender e prever o comportamento daquelas substâncias que a palavra denota. Quando o cientista elabora tais definições seu propósito é teórico.” (COPI, 1978, p. 109)

A partir dessa citação, vemos que a corrente lógica a que se filia o autor consegue ir um pouco à frente da idéia mais basilar e simples de um “padrão lógico de correção”. Afinal, coloca a definição teórica, que se aproxima muito da nossa DT, como algo que é naturalmente marcado pela interferência de um sujeito enunciador, pela discussão ou pela controvérsia. É, assim, uma definição condicionada pelo que chamamos de *entorno de significação* (FINATTO, 2001a) ou “ambiente teórico”, elementos que poderiam ser adicionados ao “significado de base” da “palavra”. E, como há tal condicionamento, seria realmente pouco produtivo “exigir” do enunciado uma formulação fixa sempre e apenas em termos das categorias do *gênero próximo* e da *diferença específica*.

5. TRADIÇÃO DEFINITÓRIA LEXICOGRÁFICA E CONTRIBUIÇÕES DE TEORIAS SEMÂNTICAS

Muitas das considerações que encontramos sobre a DT são transposições do que já se observou a partir da definição que aparece em dicionários comuns de língua. Assim, é importante saber que há também uma tradição lexicográfica bastante presente no seu enfoque: há, enfim, um “olhar analítico lexicográfico” que incide sobre o nosso objeto.

Recorrendo ao exemplo de uma definição tipicamente lexicográfica de *cadeira*, formulada como “*um móvel com assento, com encosto e que serve para sentar*”, veremos, numa metodologia de análise da derivada da semântica estrutural, que as categorias do *gênero próximo* SER UM MÓVEL e do *gênero específico* TER ASSENTO, TER ENCOSTO e SERVIR PARA SENTAR conferem-lhe uma apresentação

tida como “modelar”. Quer dizer, a definição usual de uma palavra, vista em um dicionário comum, até pode apresentar outros elementos complementares, como informações etimológicas, comentários estilísticos e gramaticais ou até mesmo exibir uma explicação detalhada sobre a diferença entre *poltronas* e *cadeiras* na movelaria francesa do século XVIII. Mas, ainda assim, reafirma-se que as duas categorias fundamentais do *gênero* e da *diferença* não poderão estar ausentes do enunciado, sob pena de impedir o entendimento da definição lexicográfica, sobretudo se a palavra que encabeça o verbete do dicionário for estranha ou pouco comum para o usuário.

Em determinada fase da semântica estrutural, quando se enfocou a construção do significado de uma palavra com o recurso de categorias para acomodar as “virtualidades de sentido”, tal como vemos nos trabalhos de POTTIER (1978) e, principalmente, em GREIMAS (1968 e 1973), reencontramos vestígios das mesmas categorias aristotélicas do *gênero* e da *diferença*. Vale observar que os estudos de significado de palavra aproximavam-se do estudo de sua definição “em moldes lexicográficos” em diferentes contextos. A apropriação das categorias definitórias basilares, entretanto, deu-se por um viés que, embora abandonasse uma compartimentalização estanque, reconheceu um “papel preponderante que é preciso atribuir à construção lógica na descrição semântica” (GREIMAS, 1973, p. 91). Isto é, permanecia o enfoque lógico também desse enunciado definitório.

Como consequência, na história recente dos estudos lingüísticos, o *gênero* e a *diferença* conservam-se, ainda que “reciclados”, como elementos analíticos importantes. Passaram a ser vistos, sob outra roupagem, como um conjunto de traços binários, tal como se costumava apresentar na já “clássica” definição da palavra *menina* pelo conjunto dos traços [+ ser humano, – adulto, + sexo feminino]. Desse modo, a definição de palavras, quer fosse de dicionários, quer de outra fonte textual, passou a ser observada em função da presença ou ausência de determinados traços sêmicos que, diferente do modo de categorização do *gênero* e *diferença*, são questionados em seus modos de existência e em relação a um universo de discurso.

Um exemplo mais explícito da permanência, do modo de reconhecimento e do aproveitamento das categorias do *gênero próximo* e da *diferença específica* por parte de lingüistas que se ocuparam de estudos lexicais está registrado no trabalho de REY-DEBOVE (1971, p. 227). Segundo a autora, a DT poderia ser tomada como uma “definição de especialista” que remete a um corpo de conhecimentos, notadamente através da escolha do *gênero próximo*. Mas, conforme salientava, no caso de uma definição formulada pelo especialista e dirigida para “o grande público”, a DT estará associada a um nível médio de conhecimento e será constituída por um “*incluente médio*”, que seria uma categoria referencial diferente do *gênero próximo*. Isto é, nessa visão, a categoria do *gênero próximo*, em algumas situações, poderá ser transformada em algo que poderíamos chamar de *gênero médio*.

Essa, sem dúvida, é uma perspectiva interessante e até produtiva para o estudo atual da DT. Primeiro, porque admite uma gradação categorial. E, segundo, porque não desconhece a sua condição referencial, naturalmente aberta e transformável pelo sujeito enunciator em função das necessidades e objetivos da interlocução estabelecida por meio do texto definitório.

6. NOVOS RUMOS PARA COMPREENDER A DT

Entre os estudos lingüísticos e os estudos terminológicos de perspectiva lingüística, a concepção de “uma boa definição” ou de uma definição minimamente necessária e suficiente está alicerçada na utilização, quer na perspectiva lógica, quer na perspectiva lingüística, das categorias do *gênero próximo* e *diferença específica*. Mesmo nas propostas iniciais de uma semântica derivada da vertente gerativo-transformacional, reaparecem essas categorias, “reeditadas” sob a forma de traços que migram de uma estrutura de superfície para a estrutura profunda e vice-versa.

Entretanto, como se pode antever, a compreensão da definição como um sistema categorial, de tipo binário ou sustentado por um sistema de traços associado aos valores +, - e \mathcal{A} , será abalada a partir

do momento em que se necessita representar a definição de palavras de significação “virtual” ou mutável, palavras que, no seio das ciências, correspondam a objetos ou conceitos de natureza híbrida ou vaga, que possam ou precisem ser definidos de maneiras difusas ou pouco ortodoxas, para as quais +, - e Δ sejam insuficientes como parâmetros analíticos. Isso sem contarmos aquelas situações em que o *definir* parece algo muito próximo a um *explicar* ou se associa a enunciados parafrásicos.

Do mesmo modo, observar apenas a dimensão de categorização já é insuficiente também quando, tomada como uma taxionomia, questionamos onde está ou onde termina o *gênero* e onde começa a *diferença* em uma definição. Algumas vezes, a *diferença* parece fazer parte do *gênero* ou o *gênero* parece ser vinculado a um valor de significação bastante vago, que, enfim, diz e significa muito pouco. O mesmo acontecerá quando os valores *sim*, *não* e *zero* forem insuficientes ou, principalmente, irrelevantes para representar o enunciado definitório.

De outro lado, para além dos limites do *gênero próximo* e da *diferença específica*, encontramos, como um parâmetro “moderno” e mais usual de descrição e análise lingüística, o modelo da representação proposicional da definição. Nesse modelo utiliza-se, via de regra, o procedimento do cálculo de predicados para a apreciação do enunciado. Nessa perspectiva, que tende a ser aproveitada pela moderna Terminologia lingüística, o conceito ou significado⁶ expresso pela definição de um termo é depreendido pela relação básica argumento-predicado.

Assim, o enunciado passa a ser “traduzido” ou reescrito por proposições predicativas que, presumidamente, estão explícitas ou subjazem à sua realização concreta. São indicadas, nesse tipo de análise, as categorizações ou predicções referidas ao termo ou expressão que está sendo definido. Assim, por exemplo, se tivéssemos a definição “o DNA é uma proteína”, a definição de DNA seria considerada como uma realização lingüística para a relação proposicional-predicativa {DNA (SER) PROTEÍNA}.

Mas, se a definição fosse “*DNA - uma proteína ácida, presente nos genes dos seres vivos*”, a representação proposicional ficaria um tanto mais complexa:

{DNA (SER) {PROTEÍNA (SER) ÁCIDA (ESTAR EM) {GENES (PERTENCER A) SERES VIVOS}}}

Esse tipo de representação do enunciado definatório de tipo terminológico permite que sejam colocados em relevo os argumentos *DNA*, *proteína*, *genes*, *seres vivos* e o qualificativo *ácida*; e os predicados *ser*, *estar em* e *pertencer a*. A sua utilidade, em tese, reside no fato de se poder empreender um “mapeamento” de argumentos e predicados mais recorrentes em textos definitórios de uma determinada ciência ou especialidade, tal que se observam padrões ou paradigmas definicionais. O recorte, entretanto, é preponderantemente sintático.

6.1. Outras contribuições

A idéia de transformação de uma DT em um conjunto proposicional é, evidentemente, mais ampla que a categorização mais estanque do *gênero próximo* e *diferença específica*. Todavia, também não oferece um padrão suficiente ao analista do enunciado, principalmente quando tivermos definições com estruturas sintáticas mais complexas. Uma boa ilustração de problemas para a representação do conteúdo definicional seria:

GAXETA

Peça mecânica circular, de borracha escura. Tipo de engrenagem inventada pelo engenheiro John Helmuth, em 1890, para ser utilizada como instrumento de diminuição de impacto entre dois discos metálicos.

Na descrição dessa definição fictícia, mesmo que usássemos apenas as categorias do *gênero próximo* e *diferença específica*, teríamos, entre outras, a dúvida se a categoria do *gênero* é realmente composta somente pela palavra *peça* ou pelo sintagma *peça mecânica*. De outro lado, numa análise em moldes proposicionais, com cálculo de predicados, haveria a necessidade, considerando apenas o caso do verbo SER, de utilizarmos diferentes subcategorizações do verbo, tais como:

(GAXETA SER_{incl} (PEÇA SER_{qual} MECÂNICA, CIRCULAR))
 (GAXETA SER_{feita de} (BORRACHA SER_{qual} ESCURA)) ou
 (GAXETA SER_{tipo de} (ENGRENAGEM))

Extrapolando as dificuldades e rendimentos de um método analítico-descritivo ou de outro, há outras opções que poderiam ser mais promissoras para a Terminologia. Entre diferentes possibilidades e naturais dificuldades de representação de enunciados definitórios por meio da relação argumento/predicado, destaca-se, por exemplo, o aproveitamento da proposta de LAKOFF (1987) para a observação de construtos categoriais, entre eles os definitórios.

Esse autor considerou, para a representação do semantismo de um enunciado definitório, entre outras coisas, a existência de categorias relacionais ou de relações conceituais compostas por subcategorias mais centrais e menos centrais, isto é, mais ou menos prototípicas. Nessa visão, seria um protótipo categorial de *ave* o conjunto *sabiá*, enquanto *avestruz* estaria numa posição menos prototípica, embora ainda pertença à categoria *ave*.

A partir desse enfoque, as categorias indicadas em um enunciado definitório como, por exemplo, “a mulher é um ser humano” e representadas por [MULHER, (SER) SER HUMANO] não serão, segundo o autor, homogêneas ou simplesmente hierárquicas. Ao invés disso, serão mais ou menos prototípicas, típicas ou simplesmente referenciais, fundamentalmente porque são culturalmente modeladas. Afinal, em alguns lugares ou sociedades, em função do tipo de modelo cultural-cognitivo adotado, não se definiria *mulher* como *ser humano*, mas sim como *propriedade* [o pai, marido ou tutor].

Esse tipo de concepção sobre categorias lógicas,⁷ fundado numa percepção de padrões cognitivos culturalmente modelados, pode indicar um avanço importante para a Terminologia. Isso porque, no que se refere à DT, sabemos que, em função de vários fatores, mais ou menos aproximados às condições do caso definatório antes citado, é possível encontrar diferentes definições para um mesmo termo, tanto nas técnicas, quanto nas ciências, e, não raro, diferentes e multiplicadas definições de um termo em apenas uma mesma área ou especialidade.

Esse tipo de fenômeno, contrário ao ideal de uma comunicação técnica ou científica absolutamente precisa e totalmente unívoca, tem sido historicamente atribuído principalmente às áreas humanas do conhecimento. O trabalho de LAKOFF (1987) e sua idéia de uma “semântica culturalmente modelada”, em seu grande mérito, ofereceu-nos uma maior opção de categorias, tidas como naturalmente difusas, aplicáveis à análise da DT. Isso é muito importante porque, afinal, resgata a idéia historicamente excluída de que *alguém* ou *algo* interfira sobre a categorização observada pelo analista, uma categorização que não acontece por si.

Seguindo a tendência de novas compreensões para o objeto definatório, a tese de doutoramento de R. TEMMERMAN (1998), intitulada *Terminology beyond standardisation: language and categorisation in the life sciences* e também o livro dela derivado (TEMMERMAN, 2000), além do trabalho de KOSTINA (2000), são exemplos de trabalhos em Terminologia que desenvolvem a perspectiva lakoffiana antes mencionada.

Ao enfatizar a presença de recursos metafóricos da linguagem científica, o pensamento de Temmermann se destaca no atual panorama dos estudos de Terminologia que seguem um ponto de vista lingüístico. A razão para tanto é que, aproveitando LAKOFF (1987 e outros), a autora potencializa o avanço de um enfoque da definição que tende a ser mais lingüístico do que propriamente conceitual-cognitivo, sem subestimar os elementos “culturais” próprios de cada uma das ciências e que aparecem expressos em

seus enunciados definitórios concretamente realizados. Entretanto, uma concepção categorial permanece mesmo nessa via.

Paralelamente à iniciativa de Temmermann, uma nova perspectiva dos estudos lingüísticos já vinha sendo aproveitada para o estudo das linguagens, definições e terminologias especializadas. É o caso das pesquisas da Lingüística Cognitiva sobre modelos definitórios de itens de um léxico mental ou sobre estruturas conceituais. Entre essas, citamos o trabalho de PUSTEJOVSKY (1995), *The generative lexicon*.

Nele, o autor postula que o significado de uma unidade léxica seja estruturado, numa gramática, em quatro níveis interligados, sujeitos a transformações distintas. Um desses níveis seria a *estrutura qualia*, na qual estão contidas as informações semânticas básicas de uma palavra, tais como *constituição*, *forma*, *propósito*, *função* e características de *agentividade*. Essas informações interagem com as informações do nível sintático da gramática e geram o quadro das restrições semânticas necessárias à compreensão da palavra em seus usos na linguagem.

Essa idéia de léxico mental possibilita uma representação do enunciado da definição como uma *estrutura qualia*, que é um conjunto categorial modelado por condições sintáticas. Observe-se, nesse enfoque, o apagamento de *outras condições*, principalmente daquelas que estejam *fora* da sintaxe, como os mecanismos de enunciação ou determinadas peculiaridades definitórias. Aqui, naturalmente, também predomina o enfoque sintático.

7. DA LÓGICA AO COGNITIVISMO PSICOLÓGICO

Como já dissemos, o enfoque da DT na Terminologia lingüística tem sido marcado pela apreensão lógico-categorial do enunciado definitório. A falta de uma compreensão realmente lingüística da DT e uma compartimentalização estanque entre o que lhe seria *interno* ou *externo* são os problemas mais recorrentes tanto para análises quanto para metodologias descritivas.

Quer numa perspectiva lógico-filosófica da definição, ainda que a redução lógico-proposicional seja operada por categorias

prototípicas e culturais, com eventual destaque para as categorias estabelecidas via metaforização (como vemos em KOSTINA, 2000), quer na continuidade mais “simplificada” da redução do enunciado definatório às categorias do *gênero* e *diferença*, é importante refletir um pouco mais cuidadosamente sobre o elemento comum a esse tipo de aproximação dos fenômenos da linguagem: a categorização lógica do enunciado.

Sobre isso, a hoje já antiga afirmação de VAN DIJK (1984) é um alerta sempre necessário recuperar no escopo das análises lógico-formais da linguagem: “a estrutura das orações da língua natural é tão complexa, que sequer a lógica standard mais sofisticada a reconstrói adequadamente” (VAN DIJK, 1984, p. 75). Enfim, a representação da sua forma lógica não é uma imagem absolutamente fiel do enunciado realizado.

Partindo de uma apreensão lógica dos enunciados, uma aproximação entre conceitos e significados tem sido feita na interface Lingüística e Psicologia Cognitivas no âmbito dos estudos lingüísticos da definição. Todavia, cabe ressaltar que essa aproximação já tem sido questionada pela chamada Psicologia Cognitiva.

Nessa corrente da Psicologia, muitos autores já destacaram que a linguagem não proporciona uma janela direta para os conceitos humanos, além de sublinharem que conceitos seguem sendo uma forma consideravelmente diferente de seus “*primos*” proposicionais. Isto é, e aqui vale um grifo, *nem mesmo os psicólogos cognitivistas admitem uma equivalência estrita entre um conjunto proposicional de fundo lógico e um conceito*, enquanto isso, paradoxalmente, tem sido comum em Terminologia. Observe-se que um tal conjunto proposicional tende a ser um objeto bastante manipulado pelo terminólogo-lingüista que, nele, ao adotar uma perspectiva cognitivista, deixa de observar *significados* para ver apenas *conceitos*.

Considerando tal tendência, ao revisarmos novos enfoques para a DT em Terminologia, acreditamos que é válido também estender nosso olhar sobre um modo “original” como a Psicologia concebe e descreve *conceitos*, com vistas a melhor nos posicionarmos,

como lingüistas, sobre os *significados* que, teoricamente, deveriam ser nosso foco principal de atenção.

Ora, no âmbito da Psicologia e da Ciência Cognitivas, cada vez mais se questiona se *conceitos* seriam ou não independentes de contexto ou situação e se seriam realmente universais, enquanto que os *significados* sempre são qualificados como dependentes e compreendidos como não universais, ainda que os modelos lingüístico-gerativos tivessem postulado uma semântica de valores de significação universais. Mas, num âmbito psicológico, de um modo que nos parece bastante interessante, conceitos passaram a ser percebidos em *frames* que interferem sobre os significados, oferecendo-lhes domínios ou escopos de referência.

Num amplo cenário de enfoques variados sobre a linguagem e sobre enunciados que “definem”, há, enfim, uma distinção bastante problemática e controversa entre conceitos, significados, categorias e protótipos também na Psicologia e na Ciência Cognitivas, ciências que inspiraram uma Semântica e Lingüística Cognitivas, destacando-se um reconhecimento recorrente de limites para a categorização como objeto analítico. Por isso, ao lidar com enunciados definitórios, a Terminologia lingüística atual, quando incursiona pelas vertentes cognitivistas dos estudos da linguagem, bem poderia desenvolver sua própria perspectiva e abster-se da diferenciação entre conceitos e significados.

Vale, na nossa opinião, assumir como inerente a interface linguagem/conhecimento, sem querer ingenuamente “resolvê-la” no território da Terminologia lingüística. Seria mais adequado apenas privilegiar, na observação dos enunciados definitórios, os significados a eles vinculados, deixando a leitura de construtos conceituais-cognitivos a cargo dos psicólogos ou filósofos da ciência. Esse recorte lingüístico, que não é pequeno, já nos deixa um objeto muito importante e vasto e nos afastaria de algumas contradições ou apropriações indébitas.

8. A DEFINIÇÃO ANTES DE TUDO É UM TEXTO

Os diferentes enfoques da DT encontrados na literatura lingüística e terminológica ainda não alcançaram o patamar de considerá-la como um texto de múltiplas dimensões. Tendem a transformá-la num objeto representacional monofacetado com o auxílio de descrições excessivamente formalizantes, que em geral excluem alguns elementos tidos como assistemáticos ou idiossincráticos.

No âmbito dos estudos de texto, já se reconhece desde longa data, além da redução lógica, a importância de uma descrição da dimensão de discurso ou de contexto pragmático. Isso já indicava o trabalho de VAN DIJK (1984) e já havia sido pensado nos anos oitenta por L. Hoffmann (vide HOFFMANN, 1998) quando defendia um lugar especial para os textos técnico-científicos no universo da Lingüística Textual. Mais recentemente, BEAUGRANDE (1996) reafirma a necessidade de se considerar essas mesmas dimensões para o reconhecimento de especificidades de textos científicos em Terminologia.

Enfim, de longa data sabemos da importância de voltar a atenção também para o texto em si mesmo, mas parece que temos fugido do texto definatório tal como ele “acontece de verdade”. Ao enfrentar a definição, não se deve apenas tomar um modelo prévio de formulação correta ou eficiente, mas é preciso inscrevê-lo relacionalmente em meio a algo mais amplo, é preciso ver a definição como um texto simultaneamente construído pelo indivíduo-autor e pela coletividade que ele representa. Importa recuperar, enfim, sua autoria, ambiência e, fundamentalmente, sua natureza lingüística. Em síntese, é preciso considerar a definição técnico-científica como ela é e não apenas como gostaríamos que ela fosse.

E, ainda que se prefira ou necessite estabelecer fronteiras entre conceitos e significados quando se tratar da DT, é imprescindível ter em conta, tal como magistralmente percebeu Cassirer, que: “os conceitos fundamentais de uma dada ciência, meios pelos quais apresenta suas questões e soluções, não aparecem mais como cópias passivas de um ser dado, senão como símbolos intelectuais criados por ela” (CASSIRER, 1964, [trad. de 1971] p. 14).

O mesmo se aplica, segundo entendemos, aos significados das unidades lexicais de significação especializada, fixados de diferentes modos e com diferentes graus de especificidade pelos enunciados definitórios.

9. UM CAMINHO POSSÍVEL: A CONTRIBUIÇÃO BENVENISTIANA

Tal como quisemos explicitar ao longo deste trabalho, há toda uma trajetória histórica dos estudos de Terminologia e dos estudos lingüísticos em geral que lidam com o objeto “a definição”. Nesse percurso, evidencia-se uma série de diálogos mais antigos e mais recentes entre os estudos lingüísticos, estudos de lógica e estudos cognitivistas.

Esses diálogos geraram diferentes metodologias de análise que foram e ainda são naturalmente repassadas à pesquisa em Terminologia. Em função disso, há enfoques da DT que são mais semântico-formais e também há os lingüístico-cognitivos, mais culturalmente compatíveis, como também algumas tendências a recuperar uma inserção e condição textual desse tipo de enunciado.

Em meio a um variado cenário epistemológico, conforme vemos, resta ainda um outro diálogo a ser travado para qualificarmos o estudo da DT: o diálogo entre Terminologia e teorias enunciativas. Especialmente promissores, na nossa opinião, são os fundamentos das teorias de semântica de enunciação, na teoria delineada na obra de BENVENISTE⁸ (1989 e 1991).

Ainda que relativamente “antigos”, têm muito a render para a Terminologia, principalmente se forem associados a uma apreciação mais crítica e ponderada do que a Psicologia Cognitiva e a Filosofia da Linguagem já nos revelaram sobre a relação entre significados e conceitos.

Dizemos isso porque esse autor propôs um redimensionamento da noção de língua e linguagem a partir da crítica da exclusão saussuriana de um sujeito que interfere sobre língua, um sujeito que propriamente *faz* a linguagem. E, como é fácil reconhecer e deduzir

de muitas das atuais dificuldades das descrições terminológicas das linguagens técnico-científicas, pouco se tem tratado do sujeito e da subjetividade, daí também porque vale esse resgate. A abordagem enunciado/enunciação também se mostra bastante produtiva para o enfoque da DT.⁹

Apenas pela via dos enfoques lógico-proposicionais, a linguagem científica ou técnica corre o risco de ser apresentada como algo associado à imagem de um saber sem autoria definida, como se fosse algo feito por si próprio, como que se nenhum sujeito a tivesse produzido ou nela se auto-representasse. Esse tipo de compreensão dos textos científicos revela a persistência de uma idéia de que há “neutralidade científica”, tal que teríamos enunciados “assépticos”. Ora, como bem sabemos, o texto científico, mesmo das áreas mais “duras”, é tão “humano” quanto qualquer outro, e isso não pode ser sublimado.

A contribuição enunciativa também é adequada à Terminologia justamente pelo questionamento de Benveniste sobre noção de arbitrariedade do signo lingüístico, uma vez que o emprego e a constituição metafórica de alguns termos científicos constituem uma realidade que não pode ser mais negada. Ao afirmar que “é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único”, BENVENISTE (1989, p. 67) aponta que a ultrapassagem se fará por meio da abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, e também pela via da análise intra- e translingüística dos textos.

Há, enfim, toda uma afinidade, uma convergência a ser explorada, expandida e aproveitada. As questões e impasses da investigação atual sobre a linguagem especializada e sobre a definição de termos científicos e técnicos só têm a lucrar com uma aproximação com as idéias de Benveniste, com seu modo de analisar e de refletir sobre a linguagem. A sua idéia de apropriação da língua por uma classe ou segmento social é apenas um pequeno exemplo do seu potencial de contribuição. Se a Terminologia lingüística tem ousado tanto por outros caminhos, que ouse mais um pouco também por esse.

NOTAS

¹Texto elaborado com o aproveitamento de algumas seções de FINATTO (2001a), tese de doutorado defendida junto ao PPG Letras/UFRGS, na área de Teorias do Texto e do Discurso, sobre a definição terminológica.

²A Terminologia, como uma nova disciplina, nasceu bastante distanciada da Lingüística. Apenas numa segunda etapa de seu desenvolvimento, por volta de 1982, instaurou-se, aos poucos, uma perspectiva lingüística para o estudo dos fenômenos da linguagem técnico-científica. Essa perspectiva tornou-se oposta à versão dita “clássica”, predominantemente vinculada à observação de conhecimentos, ontologias e distanciada da observação de “palavras”. A Terminologia clássica, ao privilegiar apenas “termos verdadeiros”, sobretudo substantivos tal qual fossem etiquetas denominativas, lida com *conceitos*, preferentemente padronizados e descritos em normas técnicas, e tende a desprezar a observação de *significados* ou peculiaridades lingüísticas. A visão clássica é, assim, prescritiva, enquanto a moderna é descritiva.

³A distinção entre esses tipos de definição é bastante controversa e são inegáveis os pontos de sobreposição. Há inclusive quem considere que a informação definicional dicionarística seja, na maioria das vezes, irrelevante ou vaga ao extremo. Para maiores detalhes sobre uma “inutilidade definitória”, veja HAUSMANN (1990); sobre tipos e sobreposições, veja FINATTO (1998).

⁴Não se entenda aqui que a definição visa identificar um referente único. Uma definição de *cadeira*, naturalmente, deve aplicar-se a diferentes tipos de *cadeira*.

⁵Para um bom panorama histórico do enfoque do assunto “definição”, veja SAGER (2000).

⁶Em Terminologia, há uma grande controvérsia sobre a distinção entre significados e conceitos. Não aprofundaremos aqui a questão.

⁷Sobre possíveis rendimentos de uma concepção categorial prototípica para o estudo de definições em Terminologia, veja FINATTO (2001c).

⁸Para maiores detalhes sobre esse aproveitamento, veja, na obra de Benveniste acima citada, o texto *A semiologia da Língua*, capítulo 3. Um outro exemplo bastante interessante do potencial benvenistiano para a pesquisa em Terminologia é o exame que o autor faz do recurso da metaforização e de outras propriedades da linguagem pelo enunciador cientista. Alguns escritos de Benveniste inclusive exploram o processo de criação de uma nova terminologia em textos científicos e a difusão/vulgarização de termos eruditos. No texto *Novas formas de composição nominal*, capítulo 12, na mesma obra, por exemplo, o autor examina a origem do termo *micróbio* e discute o modo de uso peculiar do cientista de formantes greco-latinos, um assunto recentemente explorado na Terminologia de perspectiva lingüística.

⁹ Veja um exemplo de utilização desse referencial em FINATTO (2001a) aplicado à observação da definição de termos de Química e de Ciência Política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUGRANDE, R. de. LSP and terminology in a new science of text and discourse. In: GALINSKY, Christian; SCHMITZ, Klaus-Dirk. *TKE' 96 Terminology and knowledge engineering*. Frankfurt/M: Indeks Verlag, 1996.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral I*. 3. ed. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiz Neri. Campinas: Pontes, 1991. 387p.
- CASSIRER, Ernst. Filosofia de las formas simbólicas. v. I. *El Lenguaje*. México: Fondo de Cultura Económica, 1971, 311p.
- COPI, Irving Marmer. *Introdução à Lógica*. 2. ed. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1978. 488p.
- FINATTO, M. J. B. Elementos lexicográficos e enciclopédicos na definição terminológica: questões de partida. *Organon*, Porto Alegre, UFRGS, v. 12, n. 26, 1998.
- FINATTO, M. J. B. *Definição terminológica: fundamentos teórico-metodológicos para sua descrição e explicação*. 2001a. 395 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- FINATTO, M.J.B. A definição terminológica no dicionário TERMISUL: expressão lingüística de relações conceituais complexas. In: OLIVEIRA, Ana Maria P. de; ISQUERDO, Aparecida N. (Org.) *As ciências do léxico*. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001b. 268p. p.211-224.
- FINATTO, M.J.B. Terminologia e ciência cognitiva. In: KRIEGER, M. G.; MACIEL, Anna M.B. (Org.). *Temas de Terminologia*. Porto Alegre/São Paulo: Ed.Universidade/UFRGS/Humanitas/USP, 2001c. p.141-149.
- GREIMAS, A. J. *Du sens*. Paris: Du Seuil, 1968.
- GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- HAUSMANN, F. J. La définition est-elle utile? In: CHAURAND, Jacques; MAZIÈRE, Francine. (Ed.). *La Définition*. Actes du Colloque *la Définition*. 18-19 nov. 1988. Paris: Larousse, 1990. p.208-224.

HOFFMANN, Lothar. *Llengatges d'especialitat*. Org. por Jenny Brumme. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998. 284p.

ISO 704. International Standard. Principles and methods of terminology. Switzerland, 1987, 16 p.

KOSTINA, Irina. Dinamicidad de los conceptos especializados en los textos de diferente nivel de especialización. Trabajo de Investigación. Bella Terra: Universidad Autónoma de Barcelona, 2000.

KRIEGER, M. G. e MACIEL, A. M. B. *Temas de Terminologia*. Porto Alegre/São Paulo: Editora da Universidade/UFRGS/Humanitas/USP, 2001. 455p.

LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

PEARSON, Jeniffer. Comment accéder aux éléments définitoires dans les textes spécialisés? *Terminologies nouvelles*. Québec: Rint (Réseau international de néologie et de terminologie). n.19, décembre 1998, juin, 1999. p.21-28.

POTTIER, B. *Linguística geral: teoria e descrição*. Rio de Janeiro: Presença, 1978.

PUSTJEVSKY, James. *The generative lexicon*. Cambridge: The Mit Press, 1995. 298p.

REY-DEBOVE, J. *Étude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains*. La Haye: Mouton, 1971.

SAGER, Juan C. (Org.). *Essays on definition*. Terminology and Lexicography Research and Practice. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000. 256p.

TEMMERMANN, Rita. *Terminology beyond standardisation: language and categorisation in the life sciences*. Leuven: Catholic University, 1998. 307p.

TEMMERMANN, Rita. *Towards new ways of terminology description: the sociocognitive approach*. Philadelphia: John Benjamins, 2000. 258p.

VAN DIJK, Teun A. *Texto y contexto: semántica y pragmática del discurso*. 2. ed. Trad. Juan Domingo Moyano. Madrid: Cátedra, 1984. 357p.